

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

8ª Sessão Ordinária de 2016

(Publicada no Diário Eletrônico, Caderno Processual, de 15/04/2016, págs. 1/15)

Dia: 26/04/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1. Aprovação das Atas da 1ª Sessão Extraordinária (05/04/2016) e da 7ª Sessão Ordinária (12/04/2016).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/02/2015

2. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedidos de Vista em 14/04/2015

3. Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67

Proponente: Conselheiro Almino Afonso

Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

4. Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

5. Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei n.º 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 13/10/2015

6. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE n.º 122/1994.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/10/2015

7. Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

8. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o nº 20K00489448.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Goiás
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 24/11/2015

9. Proposição n.º 0.00.000.001045/2013-24
Proponente: Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
10. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dirceu Dresch
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 15/12/2015 – 23ª Sessão Ordinária

11. Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)

Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Piauí
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedido de Vista em 26/01/2016

12. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/01/2016

13. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000040/2011-12

Requerente: Fernando Zardini Antonio
Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

14. Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

15. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000025/2015-06 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Advogado: Rubimar Barreto Silveira – OAB/MT n.º 3.640
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou a aplicação da penalidade de advertência a membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 15/03/2016

16. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000762/2015-09 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou o arquivamento do presente Procedimento Interno de Comissão, recomendando a adoção de providências ao Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Paraíba
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 05/04/2016

17. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000216/2015-60 (Recurso Interno)
Recorrente: Maxon Vander Monteiro
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 12/04/2016

18. Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

19. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001548/2014-81 (Pedido de Revisão)
- Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Pedido de revisão de decisão monocrática que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, na qual é requerida a apuração de inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
- Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

20. Consulta n.º 0.00.000.000451/2014-51
- Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União – SINASEMPU
Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Interessado: Roberto Negri – Presidente do SINASEMPU
Assunto: Consulta acerca da possibilidade de Analistas do Ministério Público da União do cargo de Perícia/Engenharia de Segurança do Trabalho e do cargo de Perícia/Medicina do Trabalho ingressarem e transitarem livremente em empresas investigadas, sem a presença de um membro do Ministério Público para a realização de inspeções e vistorias técnicas.
- Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária (29/03/2016)

21. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001434/2014-31
- Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogados: Danielle de Sena Lourenço – OAB/MA n.º 14.630-A; Nelson Wilians Fratoni Rodrigues – OAB/MA n.º 9.348-A
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
- Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
22. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000629/2015-44 (Recurso Interno)
- Recorrente: Mariselma Marques Costa
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de São Paulo.
- Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo

Processos desta Sessão (26/04/2016)

23. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000159/2013-57
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Rondônia
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado de Rondônia.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
24. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000210/2013-21
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
25. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000227/2013-88
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado da Bahia
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado da Bahia.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
26. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000293/2013-58
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região/RO
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região/RO.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
27. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000410/2013-83
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 no Ministério Público do Estado de Rondônia.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

28. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000817/2013-19
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional da República no Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria Regional da República no Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
29. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000818/2013-55
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho no Estado da Bahia
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho no Estado da Bahia.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
30. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001491/2013-39
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
31. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001496/2013-61
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
32. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001531/2013-42
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Ministério Público do Trabalho 14ª Região
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
33. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001536/2013-75
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado de Rondônia
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

34. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001542/2013-22
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado da Bahia
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
35. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001579/2013-51
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Ministério Público do Trabalho na Bahia – PRT/5ª Região
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
36. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001766/2013-34
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria Regional da República da 4ª Região/RS
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
37. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001034/2014-25
Requerente: Erika Kokay – Presidente da CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Câmara dos Deputados
Interessado: Kedilson de Oliveira Barbosa
Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público Federal no Estado do Amazonas
Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público do Estado do Amazonas e do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas em apurar denúncia de crime sexual envolvendo menor, formalizada àqueles órgãos no ano de 2004.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Manaus
38. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001160/2014-80 (Apensos: Processos n.º 0.00.000.000412/2012-91 e n.º 0.00.000.001633/2013-68)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogado: Rafael da Cás Maffini – OAB/RS n.º 44404
Assunto: Questão de Ordem em processo administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

39. Pedido de Providências n.º 0.00.000.001225/2014-97 (Embargos de Declaração)
Embargante: José Leite dos Santos Neto
Advogados: Cezar Britto – OAB/DF n.º 32.147; Rodrigo Camargo Barbosa – OAB/DF n.º 34.718; Danilo Prudente Lima – OAB/DF n.º 42.790
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento a Embargos de Declaração opostos pelo interessado José Leite dos Santos Neto contra decisão monocrática que não admitiu seu ingresso nos autos como parte.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Sergipe
40. Pedido de Providências n.º 0.00.000.001637/2014-27
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer providências do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em face de alegações de diversas situações de desrespeito aos servidores daquele órgão.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo
41. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000418/2015-10
Requerente: Ricardo Mussi
Assunto: Requer providências no sentido de que sejam revistos os termos da Instrução Normativa n.º 01/2013, editada por este Conselho Nacional para regulamentar o fornecimento de cópias de documentos e de processos, em face de alegada afronta às prerrogativas do profissional de advocacia asseguradas em lei federal.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
42. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000446/2015-29 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001296/2012-28)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Francisco Maia Pinto Filho – OAB/CE n.º 16.275
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente pedido Revisão de Processo Disciplinar e determinou a aplicação da pena de suspensão, por 90 (noventa) dias, a membro do Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
43. Inspeção n.º 0.00.000.000191/2016-85
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte - Corregedor Nacional, em substituição
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

1. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 27/01/2016

2. Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica
3. Proposição nº 1.00126/2015-31
Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedido de Vista em 05/04/2016

4. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00353/2015-85
Requerente: Renato da Silva Filho
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Advogados: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24.583; Sandoval de Arruda Beltrão Júnior – OAB/PE n.º 1.636
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Portaria CGMP 018/2013. OECPJ 002/2014.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 12/04/2016

5. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00407/2015-02

Requerente: Luciano Almeida Maracajá

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba

Advogados: José Edísio Simões Souto – OAB/PB n.º 5.405; Eduardo Henrique Farias da Costa – OAB/PB n.º 12.190; Felipe de Brito Lira Souto – OAB/PB n.º 13.339; Luiz Alberto Moreira Coutinho Neto – OAB/PB n.º 14.916

Objeto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo nº 001.2014.005402 – CGMP/PB, originário da Corregedoria Geral do Estado da Paraíba.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Paraíba

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015)

6. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00233/2015-50

Requerentes: Adriana Silveira Machado; Fabio Leal Cardoso; Junia Soares Nader; Vera Regina Della Pozza Reis

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Procuradoria Geral do Trabalho. Anulação da Decisão nos autos do IC nº 000381.2009.03.003/3. Preservação da decisão colegiada exarada pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

7. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00320/2015-80

Requerente: Eduardo Antunes Parmeggiani

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Reformulação da lista de antiguidade dos membros do Ministério Público do Trabalho. Cômputo do período em que exerceu o cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho para fins de antiguidade na classe de Procurador Regional do Trabalho.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Rio Grande do Sul

8. Proposição nº 1.00333/2015-96

Proponente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP

Objeto: Proposta de Resolução. Instituição. Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (26/01/2016)

9. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49
Requerente: André Luís Alves de Melo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Minas Gerais
10. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00327/2015-66 (Recurso Interno)
Recorrente: Wendell Beetoven Ribeiro Agra
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Desconstituição Integral ou Revisão Parcial. Resolução nº 010/2015-CPJ. Determinação ao Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte para que proceda nova apreciação da proposta de alteração de atribuições contida no Processo Administrativo nº 6.714/2013.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

11. Proposição nº 1.00312/2015-43
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 5ª Sessão Ordinária (15/03/2016)

12. Pedido de Providências nº 1.00380/2015-58
Requerente: Eduardo Libardoni
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Portarias. Procuradoria da República no Município de Chapecó. Plantão Institucional fora do horário de expediente. Indenização por horas trabalhadas. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão Ordinária (12/04/2016)

13. Pedido de Providências nº 1.00066/2015-84
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Sustação. Alteração. Lei Orgânica. Resolução. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Competência Exclusiva. Procurador-Geral de Justiça.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rio Grande do Norte

14. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00087/2015-27 (Recurso Interno)
Recorrente: Jose Carlos Paes
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Declaração. Ilegalidade. Imoralidade. Pagamento de verbas. Fundo de Reserva do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ajuizar Ações.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio de Janeiro
15. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00101/2015-74
Requerente: Márcio Hedmann Blasius
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Controle. Quantidade. Cargos Comissionados. Gastos com Pessoal. Prejuízo. Nomeação. Aprovados em Concurso Público. Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Santa Catarina
16. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00200/2015-56
Requerente: Deusdedith Ferreira Araújo – OAB/RR n.º 550
Requerido: Ministério Público de Contas do Estado de Roraima
Objeto: Ilegalidades. Concessão de Licença Prêmio em Pecúnia por assiduidade. Membros do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Roraima
17. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00307/2015-77 (Apensos: Processos nºs 1.00329/2015-73; 1.00330/2015-25; 1.00004/2016-90; 1.00005/2016-43)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Município de Três Rios. Denúncia do Juízo da Vara Federal. Processos sem movimentação por parte de membro do Parquet. Inércia. Desídia. Arquivamentos pela prescrição da pena em abstrato ou pela ausência de interesse de agir.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio de Janeiro
18. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00349/2015-62
Requerente: Eric de Oliveira
Advogados: Henrique Moterani Rocha – OAB/MG n.º 99.632; Thiago Monterani Rocha – OAB/MG n.º 119.522
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Requer reforma de ato da Câmara de Procuradores de Justiça do Estado de Minas Gerais que indeferiu desistência/renúncia em revogação da Promoção para Promotor de Justiça Titular da 6ª Promotoria de Justiça de Três Corações. Indeferimento da desistência renúncia.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Minas Gerais

19. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00039/2016-00
Requerente: Francisco das Chagas Santiago da Cruz
Advogado: Sebastião Gonçalves Guimarães Filho – OAB/AM n.º 2488
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Desconstituição e revogação de atos administrativos. Despacho nº 299.2015.PGJ.1048699.2015.38779. Portaria nº 2514/2015/PGJ-AM que determinou instauração de sindicância contra o requerente. Pregão Eletrônico nº 5005/2012. Pregão Presencial nº 005/2011. Edital de Concorrência nº 3.001/2012.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Amazonas
20. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00083/2016-00
Requerente: Ludmilla Evelin de Faria Sant'Ana Cardoso
Advogado: Romulo Gobbi do Amaral – OAB/DF n.º 31.985; Fábio Fernando Moraes Fernandez – OAB/RS n.º 64.156
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Suspensão. Demais fases do Concurso Público. Ingresso na Carreira. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Convocação da requerente para exames médicos e entrega de documentos da inscrição definitiva.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
21. Proposição nº 1.00090/2016-86
Proponente: Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta. Emenda Regimental. Alteração da redação do art. 68, caput e parágrafos do RICNMP.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (26/04/2016)

22. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00120/2015-00 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Ana Cristina Aguilar Viana; Associação Paranaense do Ministério Público; Francisco Augusto Zardo Guedes
Embargado: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Pagamento de gratificação por cumulação de funções. Efeitos retroativos. Desconstituição de Ato Normativo expedido pelo Colégio de Procuradores daquele Estado.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Paraná
23. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00261/2015-87
Requerente: Francisco Pereira da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Inércia. Ministério Público do Estado do Piauí. Apuração de negligência, imperícia e imprudência. Hospital de Urgência de Teresina.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Piauí

24. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00372/2015-10 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Embargado: Corregedoria Nacional
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Portaria CN-CNMP-152/2015 exarada na RD 0.00.000.000662/2015-74. Improbidade administrativa. Falsificação de documento.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Pará
25. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00008/2016-04
Requerente: Atalício Novaes
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Inércia. Andamento. Reclamação. Apuração de suposto caso de violência física e psicológica sofrida por criança em escola do Município de Santos. Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo
26. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00025/2016-32
Requerente: Willian Guedes Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Determinação. Remoção do Requerente para a Promotoria de Justiça de Guaratinguetá. Suspensão da escolha relativa à Promotoria de Justiça de Guaratinguetá. Desconstituição de ato do Diretor-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: São Paulo
27. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00068/2016-81
Requerente: Natanael Tenório da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça da Comarca de Barueri. Andamento processual. Alegação de inércia.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo
28. Remoção por Interesse Público nº 1.00084/2016-56
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá
Advogado: Adriano Fonseca dos Reis – OAB/AP n.º 2301
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá. Promotoria de Defesa do Consumidor. Inspeção. Diminuta produtividade extrajudicial. Inexistente movimentação judicial. Comunidade local reclama de atuação deficiente e falta de receptividade às demandas apresentadas. Remoção para outra unidade ministerial do Ministério Público do Estado do Amapá.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Amapá

29. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00087/2016-17
Requerente: Gustavo Lins Tourinho Costa
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Revogação. POR-PGJ nº 244/2016. Designação do requerente. Exercício Cumulativo. 3ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Petrolina. Ilegalidades. Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Pernambuco
30. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00140/2016-99
Requerente: Fernando Antonio Alves da Cunha Junior
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido administrativo SIMP nº 003.0.122486/2015 referente à suspensão do pagamento de auxílio alimentação durante o período de licença saúde. Falta de cronograma de pagamento. Decisão exarada no PCA 0.00.000.001746/2013-63.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Bahia
31. Nota Técnica nº 1.00174/2016-47
Proponente: Antônio Pereira Duarte
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial
Objeto: Discute o alcance do Projeto de Lei 3.722/2012 que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento quanto à aquisição e porte de armas de fogo. Analisa possíveis reflexos sobre a tutela da segurança pública.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
32. Anteprojeto de Lei nº 1.00202/2016-53
Requerentes: Escola Superior do Ministério Público da União; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Escola Superior do Ministério Público da União. Ações orçamentárias. Propostas de créditos adicionais para parecer de mérito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público